

Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

3

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021



Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

3

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direito: ramificações, interpretações e ambiguidades 3 /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-886-1

DOI 10.22533/at.ed.861211503

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de
(Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **DIREITO: RAMIFICAÇÕES, INTEPRETAÇÕES E AMBIGUIDADES 3**, coletânea de vinte e dois capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse terceiro volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito ambiental e meio ambiente; estudos em direitos dos animais; estudos em direito empresarial e sobre administração pública; e estudos em direito e saúde.

Estudos em direito ambiental e meio ambiente traz análises sobre retórica verde, tutela ambiental, sustentabilidade ambiental, moradia e tratamento de resíduos sólidos.

Em estudos em direitos dos animais são verificadas contribuições que versam sobre multiculturalismo e direitos não-humanos, natureza, constitucionalismo e a realidade argentina, maus-tratos, notas introdutórias e titularidade de direitos fundamentais.

Estudos em direito empresarial e sobre administração pública aborda questões como terceiro setor, pequenas empresas, licitações, desinvestimento estatal pregão eletrônico e *online dispute resolution* na administração pública.

Por fim, em estudos em direito e saúde, há abordagens que tratam de temas como biodireito, oncologia, objeção médica, ortotanásia e cuidados paliativos.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O JOGO DE PODER NA RETÓRICA VERDE

Clécia Lima Ferreira
Luciana Costa Ferreira
Karla Andrade Lima

DOI 10.22533/at.ed.8612115031

CAPÍTULO 2..... 9

CONFLITOS ÉTICO-NORMATIVOS NA TUTELA AMBIENTAL SOB A ÓTICA DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS POPULARES: EMENDA CONSTITUCIONAL 97/17 E O EFEITO *BACKLASH*

Paula Simões Lima
Bruna Gomes Maia

DOI 10.22533/at.ed.8612115032

CAPÍTULO 3..... 16

LEI Nº 13.465/2017 E O DIREITO DE LAJE: INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA

Ana Luiza Mendes Mendonça
Daniela Braga Paiano

DOI 10.22533/at.ed.8612115033

CAPÍTULO 4..... 30

TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ/GOIÁS, FRENTE À AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Daniele Danta de Jesus
Priscilla Silva Silvestrin

DOI 10.22533/at.ed.8612115034

CAPÍTULO 5..... 43

MULTICULTURALISMO E DIREITOS NÃO-HUMANOS NA SOCIEDADE SECULARIZADA DE HABERMAS À LUZ DO PROJETO KANTIANO DA PAZ PERPÉTUA

Lucia Frota Pestana de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.8612115035

CAPÍTULO 6..... 64

A NATUREZA E O DIREITO: UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA DOS FENÔMENOS GLOBAIS RECENTES NOCIVOS À VIDA HUMANA

Paulo Cesar de Lara

DOI 10.22533/at.ed.8612115036

CAPÍTULO 7..... 77

CONSTITUCIONALISMO EM REDE: A ARGENTINA E O MEIO AMBIENTE

Jandeson da Costa Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.8612115037

CAPÍTULO 8	94
DIREITO ANIMAL SOB A PERSPECTIVA DO CONGRESSO NACIONAL: PANORAMA DOS PROJETOS DE LEI VERSANDO SOBRE MAUS-TRATOS ANIMAIS	
Arthur Henrique de Pontes Regis	
DOI 10.22533/at.ed.8612115038	
CAPÍTULO 9	108
A IMPORTÂNCIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO NO TRATAMENTO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS FRENTE À PERSPECTIVA OBJETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Ivone Oliveira Soares	
Flávio Henrique Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.8612115039	
CAPÍTULO 10	118
NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O DIREITO ANIMAL	
Andréa Carolina Leite Batista	
DOI 10.22533/at.ed.86121150310	
CAPÍTULO 11	128
A POSSIBILIDADE DA EXTENSÃO DA TITULARIDADE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS PARA ANIMAIS NÃO HUMANOS	
Dari Nass	
Henrique Balduvino Saft Dutra	
Maíra Fronza	
DOI 10.22533/at.ed.86121150311	
CAPÍTULO 12	137
A ATUAÇÃO EMPRESARIAL DO TERCEIRO SETOR NO SEIO DA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL	
Bruno Valverde Chahaira	
DOI 10.22533/at.ed.86121150312	
CAPÍTULO 13	153
PEQUENAS EMPRESAS: RETÓRICA OU DESENVOLVIMENTO?	
Rogério Aparecido Grof	
DOI 10.22533/at.ed.86121150313	
CAPÍTULO 14	164
ASPECTOS ESSENCIAIS ACERCA DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS	
Mayara Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.86121150314	
CAPÍTULO 15	174
DESAFIOS AO DESINVESTIMENTO ESTATAL	
Daniel Brasiliense e Prado	
DOI 10.22533/at.ed.86121150315	

CAPÍTULO 16.....	190
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM ENFOQUE DE DIREITOS HUMANOS	
Victoria Pereira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.86121150316	
CAPÍTULO 17.....	204
ONLINE DISPUTE RESOLUTION (ODR) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:DESAFIOS E OPORTUNIDADES	
Alexander Seixas da Costa	
Jerônimo Santos Lima	
DOI 10.22533/at.ed.86121150317	
CAPÍTULO 18.....	215
A EVOLUÇÃO DO DIREITO E A IMPORTÂNCIA DO BIODIREITO	
Weider Silva Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.86121150318	
CAPÍTULO 19.....	234
DIREITO EM ONCOLOGIA	
Roseane de Oliveira Lyrio	
Jessica Paquiela Prates	
Débora Dummer Meira	
DOI 10.22533/at.ed.86121150319	
CAPÍTULO 20.....	251
A OBJEÇÃO MÉDICA DIANTE DA POSSIBILIDADE DE INTERRUÇÃO DE GRAVIDEZ E O DIREITO HUMANO À VIDA	
Marco Augusto Ghisi Machado	
Regiane Nistler	
DOI 10.22533/at.ed.86121150320	
CAPÍTULO 21.....	266
ORTOTANÁSIA: DEIXAR MORRER OU TENTAR FAZER VIVER? E A RELAÇÃO ENTRE A “MORTE DIGNA” E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
Maria Carolina de Almeida Neves	
José Geraldo Romanello Bueno	
DOI 10.22533/at.ed.86121150321	
CAPÍTULO 22.....	284
CUIDADOS PALIATIVOS: O ENFERMEIRO COMO FACILITADOR COM OBJETIVO DE PROMOVER O ENTENDIMENTO DO SIGNIFICADO DO CUIDAR NO PROCESSO DA MORTE	
Catiane Rios do Nascimento	
Verônica Cristina Vieira Barbosa	
Claudia dos Santos Medeiros	
Marília Rodrigues de Souza	

Valesca Pereira da Cruz Motta

DOI 10.22533/at.ed.86121150322

SOBRE O ORGANIZADOR.....	290
ÍNDICE REMISSIVO.....	291

CAPÍTULO 1

O JOGO DE PODER NA RETÓRICA VERDE

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Clécia Lima Ferreira

Instituto Politécnico do Cávado e do Ave – IPCA
Guimarães, Portugal
<http://lattes.cnpq.br/9853799367771216>

Luciana Costa Ferreira

Universidade de Coimbra
Coimbra, Portugal
<http://lattes.cnpq.br/5138350015667864>

Karla Andrade Lima

Universidade Tiradentes
Aracaju/Sergipe, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5154821378139254>

RESUMO: O trabalho visa apresentar os principais argumentos acerca da Floresta Amazônica, no intuito de descortinar algumas questões mencionadas nos discursos referentes à região pelos agentes governamentais e não governamentais. Sobre assuntos que dizem respeito ao meio ambiente; aos indígenas, as riquezas da Amazônia. Utilizando-se o método de análise do discurso, a metodologia foi qualitativa, sendo utilizado o questionário como instrumento de coleta de dados. Após análise dos resultados, foi possível constatar que existem discursos legitimados sobre a Floresta Amazônica, os quais não condizem com a sua realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, Floresta Amazônica, Índio, Retórica, Riquezas Naturais.

ABSTRACT: The work aims to present the main arguments about the Amazon Forest, in order to unveil some issues mentioned in the speeches referring to the region by governmental and non-governmental agents. On matters relating to the environment; indigenous people, the riches of the Amazon. Using the discourse analysis method, the methodology was qualitative, using the questionnaire as an instrument for data collection. After analyzing the results, it was possible to verify that there are legitimate speeches about the Amazon Forest, which do not match their reality.

KEYWORDS: Speech, Amazonian Forest, Indian, Rhetoric, Natural Wealth.

INTRODUÇÃO

O presente estudo, sob o título O Jogo de Poder na Retórica Verde visa apresentar os principais argumentos acerca da Floresta Amazônica: Se há desequilíbrio no meio ambiente; Visão do índio como imagem da Amazônia; Considerações sobre a Floresta Amazônica ser o pulmão do mundo; Se outros países compõem a Floresta Amazônica e quais são as riquezas cobijadas da região. Após o esforço dispensado à investigação de fundo que se consubstanciou numa perspectiva tese.

Promulgada a última Constituição Federal previu-se um capítulo inteiro ao direito dos povos indígenas e ao meio ambiente. A floresta, é vista pelo mundo como um grande celeiro natural de espaço físico, biodiversidade

e cultura. Uma construção simbólica que deve ser desmistificada, pois, sobressaem nas discussões os mitos que foram criados e divulgados sobre a floresta ao longo dos tempos e, por vezes, legitimados nas discussões políticas.

Nomeadamente, pressupõe-se verificar os principais argumentos das retóricas sobre a Floresta Amazônica ao considerar os aspectos práticos do exercício do referido poder que sobressaem nas discussões, ideias e valores que foram criados e divulgados, por vezes, legitimados nas discussões políticas. Ora, a Constituição de um Estado é o diploma jurídico mais importante, que definirá também seu exercício e suas limitações no âmbito dos três poderes. Ao vincular questões com relação política e administrativa do ponto de vista prático das concepções jurídicas, significa dizer que na prática o governo federal tem um papel normativo, regulativo, como um gestor de financiamento. Além disso, faz avaliação contínua, isto é, monitora a repercussão junto aos grupos sociais.

Por isto, foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa, por se mostrar como mais adequada aos objetivos, a qual envolveu uma abordagem interpretativa do objeto de estudo no seu cenário natural, buscando assim compreender e interpretar o fenômeno do jogo de poder sob o ponto de vista dos respondentes: agentes governamentais e não governamentais, que, efetivamente em 2015, assinaram o Formulário de Consentimento, para responderem ao instrumento de coleta de dados, ou seja, o questionário. Participaram da pesquisa 26 instituições, tanto da Administração direta e indireta, como Organizações Não Governamentais – ONGs e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, e da iniciativa privada.

Inicialmente, foram identificadas as instituições respondentes, considerando-se, para a escolha das ONGs, uma que representasse cada Estado que compõe a Floresta Amazônica Legal, 9 (nove) Estados, mencionados a seguir: Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Amapá. Desta maneira, as seguintes instituições que responderam ao questionário foram: Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Pará e Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Acre. Todavia, outros Estados brasileiros que tratam da questão ambiental e que responderam ao questionário foram considerados e categorizados na análise em “Outros”, como é o caso de Brasília, Paraná e São Paulo.

Os resultados apresentados a seguir se referem às questões que exploraram os discursos dos gestores/autoridades dos órgãos da administração pública e entidades não governamentais brasileiras. São apresentadas e discutidas a seguir as principais concepções e ideias centrais que emergiram do estudo, evidenciadas pelos entrevistados e identificadas em suas impressões, opiniões e convicções acerca da Floresta Amazônica brasileira. Deve-se considerar que 22 instituições que aceitaram participar da pesquisa e 4 não responderam ao questionário. Com isso, identificaram-se as categorias existentes no discurso dos entrevistados, atendendo sempre para o referencial teórico.

Há desequilíbrio no meio ambiente

Na presente investigação, trata-se de uma política específica ou setorial, que se refere ao meio ambiente e à questão indígena; este estudo se ancora no tipo de política pública que pressupõe uma variante de arenas, com estruturas de decisões e contextos institucionais distintos. A Tabela 1 demonstra a opinião dos entrevistados em relação ao desequilíbrio no meio ambiente:

SIM	%	NÃO	%	EM BRANCO	%	TOTAL
22	100,00	0	0,00	0	0	22

TABELA 1 – Se há desequilíbrio no meio ambiente

Elaborado pelas autoras (2015).

Conforme a Tabela 1, ao serem questionados sobre se há desequilíbrio no meio ambiente, 100% dos entrevistados responderam que sim. As autoras da pesquisa concordaram com o posicionamento dos entrevistados uma vez que, utilizam o discurso do meio ambiente como pano de fundo. Configuram-se disputas quando de fato os interesses maiores recaem sobre as matérias-primas extraídas da maior floresta tropical do mundo, de onde se obtém lucro, a exemplo de madeireiras, mineradoras, laboratórios farmacêuticos, dentre outros. Por isso, (Miranda, 2005) sustenta que: os ambientalistas brasileiros constatarem com muita frequência, e a imprensa nacional registra que pesquisadores estrangeiros aportam ao Brasil como visto de turistas, entram na floresta, infiltrando-se em comunidades tradicionais ou áreas indígenas. Estudam as diferentes espécies de vegetais ou animais, com interesse para as indústrias de remédios ou de cosméticos, coletam exemplares e descobrem, com o auxílio dos povos habitantes da floresta, seus usos e aplicações. Após obterem informações valiosas, voltam para seus países e utilizam as espécies e os conhecimentos das populações nativas para isolarem os princípios ativos. Ao ser descoberto o princípio ativo, registram sua patente, que lhes dá o direito de receber um valor cada vez que aquele produto for comercializado. Vendem o produto para o mundo todo e até mesmo para o próprio país de origem, cujas comunidades tradicionais já tinham conhecimento de sua utilização.

Por essas razões, importante também assinalar que o Brasil não é bem concebido pela comunidade internacional como respeitador das regras e legislações atinentes a tutela de patentes industriais, uma vez que a conduta acima descrita constitui mácula à Lei nº. 9.279/96, ao proteger direitos à propriedade industrial com base em insumos regionais; dentro do território brasileiro.

Ademais, tais ações provocadas por estes agentes, muitos mais do que colocar em

xeque o equilíbrio do meio ambiente, desprezam as comunidades locais com tais atitudes. A cobiça internacional incide sobre a Amazônia porque lá está uma ampla fronteira agrícola, com altos investimentos no setor de energia, riquezas minerais incalculáveis, riquíssima biodiversidade, água em abundância, além do maior banco genético do planeta.

Visão do índio como imagem da Amazônia

No entanto, os atores políticos influenciados pelos demais atores da sociedade brasileira e os atores externos à região, ou ainda vindos de países desenvolvidos, disseminam o discurso de que é preciso avançar na qualidade de vida dos índios. O que predomina nesse discurso, na verdade, é que os índios devem aproximar-se da civilização, fato que desarranja os laços sociais e históricos. A Tabela 2 abaixo apresenta a visão do índio como imagem da Amazônia:

SIM	%	NÃO	%	EM BRANCO	%	TOTAL
3	13,64	19	86,36	0	0	22

TABELA 2 -Visão do índio como imagem da Amazônia

Elaborado pelas autoras (2015).

Quando questionados a respeito do índio ser considerado a imagem da Amazônia, 13,64% dos respondentes disseram que sim, contra 86,36% que negaram essa afirmativa. Assim, para as autoras da pesquisa, os direitos constitucionais vigentes prescrevem os direitos pertencentes aos índios, normalmente nas disputas que envolvem valores não reconhecidos na prática, assim, na maior parte das vezes, parece que a figura do índio corresponde mais a uma ficção romântica do que à realidade que está na essência da identidade nacional. Contudo, eles foram os primeiros habitantes do país, fato que configura, mais uma vez, as ambiguidades brasileiras em face ao jogo político pelo poder.

Considerações sobre a Floresta Amazônica ser o pulmão do mundo

Conforme demonstra a Tabela 3, em relação à Floresta Amazônica foram questionados se a selva é o “pulmão do mundo”, de modo que 27,27% afirmaram que a Floresta Amazônica é o pulmão do mundo, embora a maioria dos entrevistados, 72,73%, respondeu que não.

SIM	%	NÃO	%	EM BRANCO	%	TOTAL
6	27,27	16	72,73	0	0	22

TABELA 3 - Considerações sobre a Floresta Amazônica ser o pulmão do mundo

Elaborado pelas autoras (2015).

Engendrou-se, no imaginário, uma visão inexata sobre a maior floresta tropical do mundo, sobressaindo nas discussões sobre a região mitos como a Amazônia ser o “pulmão do mundo”, o que é um equívoco. Neste contexto, as autoras desta pesquisa corroboram com o pensamento de (Meirelles, 2004, p.22) para quem esse mito “baseia-se na crença de que todo o vegetal produz oxigênio. Isto é verdade para os vegetais em crescimento. Como a Amazônia é uma floresta em equilíbrio, onde as árvores estão maduras, o que se produz praticamente se consome”. Ou seja, o pulmão consome, e não produz oxigênio, ao contrário do que pretendem atores políticos, autoridades e ambientalistas que utilizam essa imagem para dizer que a floresta é uma espécie de fábrica de oxigênio para o mundo. As responsáveis por mais de 50% do oxigênio da Terra são algas marinhas, enquanto a existência da Floresta Amazônica ajuda a regular as temperaturas, os ventos, a umidade e as chuvas no planeta Terra.

Outros países compõem a Floresta Amazônica

Conforme a Tabela 4, questionou-se se outros países compõem a Floresta Amazônica, de modo que 63,64% responderam que sim, 27,27% disseram que não e ainda 9,09% deixaram em branco.

SIM	%	NÃO	%	EM BRANCO	%	TOTAL
14	63,64	6	27,27	2	9,090909	22

TABELA 4 - Outros países compõem a Floresta Amazônica?

Elaborada pelas autoras (2015).

Para melhor elucidar, queremos recordar que se trata de uma área internacional (Amazônia Continental), também conhecida como Pan-Amazônia, pois ocupa parte do território de vários países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e a Guiana Francesa, que é um departamento ultramarino francês. Deste modo, deve-se romper com o discurso de que a Amazônia é somente brasileira, pois a floresta é compartilhada por oito países e por uma região de domínio francês. Além disso, segundo Castro (p.30, 2008), o Brasil faz fronteira com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana,

Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Assim sendo, conforme Bertha K. Becker (p. 57, 2009):

A fronteira norte corresponde à faixa da Amazônia Legal que se limita com sete países da América do Sul, constituindo-se no mais extenso segmento fronteiro do Brasil, representando cerca de 70% do total da área de fronteira terrestre brasileira. Esta dimensão constitui um dos aspectos que responde pela sua importância estratégica, que é também ditada pela própria posição da Amazônia em relação ao restante do país e ao exterior.(Becker, p. 57, 2009)

A legislação da Amazônia Legal prevê que os países que compõem a Amazônia Continental são: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, República Guiana, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa, ou seja, a parte brasileira da Amazônia Continental representa a Amazônia Legal.

AS RIQUEZAS NATURAIS DA REGIÃO

Quando se interrogou sobre quais seriam as principais riquezas naturais da região Amazônica, os recursos aquáticos foram os mais citados, com 12 indicações; a seguir, com 11, vem à biodiversidade; 7 nomearam os recursos florestais, bem como a flora e a fauna; 5 indicações recaíram sobre a riqueza cultural; posteriormente, por duas vezes, o clima, a chuva, a bacia hidrográfica e os recursos naturais.

Para as autoras da pesquisa, a Floresta Amazônica é cobiçada não por ser o “pulmão do mundo”, já que o oxigênio é engodo, mas pelas riquezas que pode oferecer. Na realidade, o interesse é pelos recursos aquáticos e pela biodiversidade da floresta, que está presente na flora, fauna, subsolo e rios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se, portanto, o nosso objeto de estudo, a Floresta Amazônica brasileira atraindo diversos interesses. Os discursos proferidos ao longo dos anos não correspondem com a realidade da selva, podendo, assim, afirmar, conclusivamente, que o texto constitucional não corresponde com as práticas e discursos referenciados sobre o meio ambiente da região. Entretanto, verificou-se que a maioria das instituições aceitaram participar da pesquisa respondendo ao questionário, enviados via correio eletrônico, plataforma do Google Docs.

A partir dos objetivos e resultados encontrados na pesquisa, manifestam-se algumas considerações de forma a analisar, subsidiar e aprofundar o conhecimento relacionado aos discursos sobre a Floresta Amazônica.

Um dos discursos menos utilizados é o de que a Floresta Amazônica é considerada o “pulmão do mundo”. Engendrou-se, no imaginário, uma visão inexata sobre a maior

floresta tropical existente. Embora, pela sua robustez, a imagem da Floresta Amazônica seja fortemente considerada a partir dessa ideia e fortalecida pelos discursos que a convertem numa das principais forças de mobilização política no Brasil e até qualificada por outros países como o “pulmão do mundo”, essa concepção não se revelou na pesquisa. Em nosso entendimento, ela é uma fonte de inflamada retórica verde, cobiçada pelos países desenvolvidos.

Outro Argumento importante das retóricas sobre a Floresta recai sobre o índio, considerado a imagem da região Amazônica. A maioria dos respondentes pesquisados revelou discordar desse posicionamento, que corresponde, ao nosso ver, mais a uma ficção romântica do que à realidade que está implícita na identidade nacional, uma vez que há uma miscigenação de brancos, indígenas, negros, pardos, amarelos e outras etnias na formação do povo brasileiro, a qual promove uma grande riqueza cultural.

Quando questionados sobre qual seria a riqueza natural mais importante da Floresta Amazônica, apontaram, primeiramente, os recursos aquáticos. Lembramos que a água potável é um dos recursos naturais em disputa no século XXI e que o Brasil possui a maior bacia hidrográfica, com as principais reservas de água doce superficiais no planeta. Por sua vez, a água é um recurso renovável, desde que utilizado adequadamente, e, conforme a literatura, chamamos a atenção para a qualidade da água na região da Amazônia, considerada como causa de inúmeras doenças em decorrência da poluição dos rios provocada pelo homem.

Todos os respondentes consideram que há desequilíbrio no meio ambiente. Dessa forma, se não há equilíbrio no meio ambiente para as gerações presentes, não haverá para o futuro. Se o acobolso jurídico não for aplicado no jogo de poder é a geração presente que determina o resultado. Todavia, é preciso conjugar as ações de todos os envolvidos para o crescimento econômico e social, caso contrário, torna-se uma ilusão pensar, também, no “desenvolvimento sustentável”.

Vale lembrar que o Brasil é um país extenso e com muitas riquezas naturais, apesar de a região da Floresta Amazônica ser importante para a produção da riqueza do país, uma vez que, sem matéria-prima não haveria produtos industrializados. Os lucros no país foram concentrados nos Estados mais ricos, por meio do poder político, monopolizaram os recursos naturais ao longo da história, sem garantir a qualidade de vida aos menos favorecidos na região, impedindo o avanço do país como um todo e promovendo o desequilíbrio no meio ambiente. Visou-se como prioridade o lucro.

No passado muitos brasileiros chegaram a pensar que a Floresta Amazônica era problemática para o país, porque, com uma área tão extensa e sem produtividade, não conseguiria ter progresso. No entanto, ela passou a ser considerada uma fonte inesgotável de madeira, ouro, peixe, dentre outros, devendo, portanto, ser negociada com outros países desenvolvidos. Logo se percebeu que é preciso negociar as riquezas da floresta e explorar o modo de vida dos índios com países como Japão, Estados Unidos e com

o continente europeu. A questão é polêmica e a análise decorre muito mais de debates políticos e ideológicos do que jurídicos.

Pelo exposto, pode-se concluir que, ao longo do tempo, a seara das ideias políticas foram construída para nos servir e procurar entender a própria realidade. Destacamos, então, que a ciência não pode ficar simplesmente no plano ideológico e alheia à realidade.

Embora a questão do ambiente seja transversal e discutível, existe uma concepção antropocêntrica, norteadas, às vezes, por interesses escusos que transcendem as disputas políticas e econômicas no Estado e da Carta Magna. Logo as concepções da realidade sobressaem os mitos criados sobre a região.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc3.shtm. Acesso em 01 out. 2015

CASTRO, Edna (Org). **Cidades na floresta**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará, 2008.

FERREIRA, Clécia Lima. **Os Discursos Legitimadores Ambientais e a Política em torno da Floresta Amazônica**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa da Amazônia Legal. Fronteira Agrícola. **Citação de referência e documentos eletrônicos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm.> Acesso em: 03 out. 2015.

MEIRELLES FILHO, João. **O livro de ouro da Amazônia**: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p.22.

MIRANDA, Jorge Babot. **Amazônia**: área cobiçada. Porto Alegre: Age, 2005.p.116-117.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiguidades 4, 65

Argentina 77, 78, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91

Atuação empresarial 150

B

Biodireito 43, 116, 215, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 264, 265, 282, 283

C

Constitucionalismo 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 89, 91, 92, 249

Cuidados paliativos 284, 285, 286, 287, 288, 289

D

Desinvestimento estatal 174

Direito 1, 3, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 98, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 163, 167, 172, 173, 177, 179, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 279, 280, 281, 282, 283, 286, 287, 290

Direito animal 9, 11, 15, 94, 95, 105, 106, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 126, 127

Direitos fundamentais 26, 27, 51, 62, 80, 88, 106, 108, 109, 110, 114, 123, 128, 129, 132, 134, 135, 151, 152, 190, 191, 196, 197, 201, 208, 216, 232, 234, 238, 246, 257, 258, 267, 271, 272, 283

Direitos não-humanos 43, 44, 45, 56

L

Licitações 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173

M

Maus-tratos 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 124, 133, 136

Meio ambiente 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 13, 15, 17, 25, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 55, 69, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 116, 119, 123, 132, 231, 290

Moradia 16, 17, 18, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 254

Multiculturalismo 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62

N

Natureza 2, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 27, 32, 33, 35, 47, 48, 58, 59, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 80, 82, 87, 99, 103, 109, 111, 113, 115, 116, 117, 120, 123, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 145, 146, 148, 150, 151, 167, 168, 173, 175, 221, 223, 228, 230, 238, 268, 269, 272, 276, 286

O

Objecção médica 251

Oncologia 234, 235, 237

Online dispute resolution 204, 205, 208, 209, 212, 214

Ortotanásia 266, 274, 277, 278, 279, 280, 281, 282

P

Pequenas empresas 34, 41, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163

R

Retórica verde 1, 7

S

Sustentabilidade ambiental 16, 25, 27

T

Terceiro setor 137, 138, 147, 148, 149, 150, 151

Titularidade de direitos 108, 128, 134, 135

Tratamento de resíduos sólidos 30, 35

Tutela ambiental 9, 10, 11, 13, 86

Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

3

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

